

**OS DOCUMENTOS OFICIAIS E A EDUCAÇÃO: MENÇÕES SOBRE LEITURA E BIBLIOTECA ESCOLAR**

Aline Casagrande Rosso Cardoso<sup>1</sup>

Gladir da Silva Cabral<sup>2</sup>

**Resumo**

Este artigo se propõe averiguar de que maneira os temas *leitura* e *biblioteca escolar* estão dispostos em documentos oficiais brasileiros que orientam a educação nos níveis Estadual e Federal (se estão). Para tanto, analisam-se os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), o Manual Básico da Biblioteca Escolar, o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) e a Proposta Curricular de Santa Catarina (PCSC). Esta é uma pesquisa advinda da dissertação de mestrado da primeira autora, orientada pelo segundo, os quais focalizaram os estudos no entendimento de como se dá a leitura na escola e o (des)uso da biblioteca escolar no processo de aquisição da leitura. Além dos documentos oficiais, trabalha-se com autores como Silva (1981), Carneiro da Silva (1999), Macedo (2005) e Costa (2009), como forma de estabelecer diálogos e facilitar a compreensão do estudo. As conclusões apontam para a ideia de que há lacunas, com relação aos temas, nos documentos elaborados e destinados ao Estado, bem como falta de atualização, ao contrário dos documentos nacionais, que possuem maior número e, com frequência, possuem objetivos previamente estabelecidos sobre os temas em discussão.

**Palavras-chave:** Documentos oficiais. Leitura. Biblioteca escolar.

**Abstract**

This research paper aims to investigate how the topics *reading* and *school library* appear in some Brazilian official documents that guide education in the state and federal levels (whether they are). We have analyzed these documents: Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), Manual Básico da Biblioteca Escolar, Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) and Proposta Curricular de Santa Catarina. This research paper results from the first author's Masters Degree Thesis, guided by the second one. They focused the studies in the understanding on how reading happens at school and the (dis)use of the school library in the reading acquisition process. In addition to the official documents, we have worked with authors such as Silva (1981), Carneiro da Silva (1999), Macedo (2005) and Costa (2009), as a way to establish dialogue and facilitate the understanding of the study. The conclusions point to the idea that there are gaps concerning the topics, in the documents meant for the State, as well as lack of updating, unlike national documents, which are greater in numbers and, often, have previously established goals on topics under discussion.

**Keywords:** Official documents. Reading. School library.

**Introdução**

Os documentos oficiais que orientam a educação em nível nacional, estadual e municipal (este não detalhado neste trabalho) têm a função de esclarecer os membros

---

<sup>1</sup>Mestra em Educação. Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC).

<sup>2</sup>Doutor em Letras (Universidade Federal de Santa Catarina). Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC).

escolares e a sociedade quanto à importância de uma educação de qualidade em todos esses âmbitos e, para isso, trazem diretrizes que servem de referência para professores, direção e alunos terem um melhor envolvimento e desenvolvimento em sala de aula e em suas respectivas atribuições. Tais caminhos podem ser refletidos e seguidos, especialmente pelos professores, os quais ministram as disciplinas que são abordadas nos documentos.

No presente trabalho, serão detalhados aspectos concernentes à leitura e às bibliotecas escolares que constam (se constam) nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs – nível nacional), em textos oficiais vinculados ao Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL – nível nacional), no Manual Básico da Biblioteca Escolar (nível nacional) e na Proposta Curricular de Santa Catarina (nível estadual).

### **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)**

Os PCNs foram criados pensando na amplitude da qualidade da educação, envolvendo a comunidade escolar, pais e sociedade. Estão voltados à formação de cidadãos capacitados para atenderem às exigências do mundo científico e do trabalho, e se comprometem a esclarecer os papéis do aluno e do professor, bem como as habilidades que os alunos podem desenvolver por meio da mediação do educador. Segundo consta no documento, tem-se

intenção de ampliar e aprofundar um debate educacional [...] e [...] pretende-se criar condições, nas escolas, que permitam aos nossos jovens ter acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários ao exercício da cidadania. (BRASIL, 1998b, p. 7).

Nesse sentido, os PCNs procuram suscitar no professor a capacidade de entender a compreensão quanto à necessidade de tornar os alunos críticos, socialmente responsáveis e conscientes da importância do conhecimento para a sua formação pessoal e profissional. Essa relação é importante para o desenvolvimento cognitivo de ambos – aluno e professor – no processo de ensino e aprendizagem, pois o saber se dá nas mediações não só de conteúdos, mas também na solidariedade, na cooperação e no respeito (BRASIL, 1998b).

Os PCNs trazem, com relação às práticas de linguagem, alguns valores que estão vinculados à leitura. Eles são princípios norteadores para que os professores consigam perceber o que se quer de um aluno proficiente nas mais variadas formas de linguagem, como a leitura e a escrita. Segundo o documento, o aluno precisa de posturas de:

- Interesse, iniciativa e autonomia para ler textos diversos adequados à condição atual do aluno.
- Atitude receptiva diante de leituras desafiadoras e disponibilidade para a ampliação do repertório a partir de experiências com material diversificado e recomendações de terceiros.

- Interesse pela leitura e escrita como fontes de informação, aprendizagem, lazer e arte. (BRASIL, 1998b, p. 64).

A leitura é vista, nos PCNs, como “um processo no qual o leitor realiza um trabalho ativo de compreensão e interpretação do texto” (BRASIL, 1998b, p. 69). Segue, então, a teoria explicitada nesse trabalho, sobre a leitura como processo de produção de significados em uma relação entre leitor e texto (SILVA, 1981; MARTINS, 1994; FOUCAMBERT, 2008; CHARTIER, 2009). O documento ainda traz que o ato de ler é, além de produção de sentidos – conforme também atestam Silva (1986), Soares (2004), Foucambert (2008), Chartier (2009) e Versiani, Yunes e Carvalho (2012) –, uma responsabilidade da escola, que deve explorar as habilidades em leitura e oferecer ambientes propícios para essa atividade (BRASIL, 1998b).

Adiante, os Parâmetros Curriculares Nacionais destacam algumas condições para que a leitura se efetive no ambiente escolar:

A escola deve dispor de uma biblioteca em que sejam colocados à disposição dos alunos, inclusive para empréstimo, textos de gêneros variados, materiais de consulta nas diversas áreas do conhecimento, almanaques, revistas, entre outros.

É desejável que as salas de aula disponham de um acervo de livros e de outros materiais de leitura. Mais do que a quantidade, nesse caso, o importante é a variedade que permitirá a diversificação de situações de leitura por parte dos alunos.

O professor deve organizar momentos de leitura livre em que também ele próprio leia, criando um circuito de leitura em que se fala sobre o que se leu, trocam-se sugestões, aprende-se com a experiência do outro.

[...] A escola deve organizar-se em torno de uma política de formação de leitores, envolvendo toda a comunidade escolar. Mais do que a mobilização para aquisição e preservação do acervo, é fundamental um projeto coerente de todo o trabalho escolar em torno da leitura. Todo professor, não apenas o de Língua Portuguesa, é também professor de leitura. (BRASIL, 1998b, p. 71-72).

Nas quatro condições de leitura escolar selecionadas do texto original, chama-se atenção para dois fatores presentes no fragmento: o professor e o acervo, os quais são atores fundamentais à promoção da leitura na escola.

Com relação ao professor, cabe a esse profissional a organização das atividades relacionadas à leitura com os alunos, à seleção dos textos, à orientação adequada aos educandos e a postura como exímio leitor. Os PCNs ainda colocam que, “tendo boa relação com a leitura, gostando verdadeiramente de escrever, o professor pode se constituir em referência para o aluno” (BRASIL, 1998b, p. 66). Assim, a responsabilidade não só pertence ao professor de LP, mas também aos profissionais de todas as demais disciplinas do currículo escolar (COSTA, 2009), pois é importante esforçarem-se para promover um ambiente saudável de leitura, seja na sala de aula, seja na biblioteca escolar, agregando novos

conhecimentos ao aluno e transformando-o em um sujeito consciente na esfera social.

A biblioteca, por sua vez, é o espaço no qual se encontra o acervo escolar, e precisa dispor de condições adequadas de funcionamento, de forma a estar disponível em tempo integral aos alunos. O documento enfatiza a biblioteca apenas como meio de contato com diversos tipos de textos escritos, como uma forma de escolha independente de leitura, ou fonte de leitura de escolha pessoal (BRASIL, 1998b), restringindo os processos de compreensão textual mais ao ambiente da sala de aula.

Nesta perspectiva, Maroto (2012, p. 75) afirma que a biblioteca configura-se como

centro dinamizador da leitura e difusor do conhecimento produzido pela coletividade, constituindo-se, dessa forma, na primeira oportunidade concreta de acesso ao patrimônio científico e cultural, para a maioria das crianças brasileiras ao ingressarem na escola pública de ensino fundamental.

Em outras palavras, a biblioteca possui uma relevância maior do que está descrito no documento oficial. Conforme Carneiro da Silva (1999), a biblioteca vai além das práticas pedagógicas da sala de aula. Ele ainda salienta que a biblioteca torna-se importante para que os estudantes possam

tomar conhecimento de ideias diferentes ou mesmo divergentes daquelas transmitidas pelo professor, o que lhes poderá provocar inquietações e questionamentos, elementos indispensáveis ao desenvolvimento de uma educação escolar emancipatória, ainda que insuficientes para livrar totalmente os alunos das influências do discurso dominante na escola. (p. 71).

Pode-se dizer, portanto, que os PCNs, no que tange às discussões sobre a biblioteca escolar, não apresentam informações suficientes ou mais elaboradas sobre o espaço, realizando uma discussão que precisa ser aprimorada de acordo com o papel que a biblioteca realmente cumpre dentro do espaço escolar.

O documento enfatiza também o cuidado com os livros e a elaboração de projetos de leitura, que podem estar relacionados à biblioteca, elaborados pelo profissional responsável pelo espaço, ou podem ser fomentados pela escola, de um modo geral. Os projetos podem também ser fruto da interação dos professores, que, unidos, incentivam a leitura em suas várias disciplinas. Quanto a isso, o documento mostra que é importante o trabalho coletivo entre os educadores (BRASIL, 1998b; FERREIRA, 2009) e que a formação continuada deles oferece subsídios para a frequente atualização das concepções de leitura a serem adotadas nos projetos desenvolvidos na escola.

### **Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL)**

O Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) foi publicado pelo Governo Federal em 2006 e reeditado em 2010; constam como alguns objetivos do documento o fomento da leitura no país, a propagação do livro como recurso para aprimorar a organização social e a implementação/fortificação das bibliotecas nacionais. O documento menciona os quatro eixos do plano, os quais são: “1- Democratização do acesso; 2- Fomento à leitura e à formação de mediadores; 3- Valorização do livro e comunicação e 4- Desenvolvimento da economia do livro” (BRASIL, 2010, p. 12). Tais eixos visam a promover a leitura de maior qualidade e intensidade por parte dos brasileiros, oferecendo oportunidades de acesso aos livros. A inclusão social também é uma meta do Plano, no qual consta que as diretrizes

têm por base a necessidade de se formar uma sociedade leitora como condição essencial e decisiva para promover a inclusão social de milhões de brasileiros no que diz respeito a bens, serviços e cultura, garantindo-lhes uma vida digna e a estruturação de um país economicamente viável. (BRASIL, 2010, p. 12).

Ou seja, pensa-se em melhorar as condições sociais de leitura, de forma a, com essa atitude, reverter as situações muitas vezes desfavoráveis de vida, por meio da cultura e do acesso aos bens literários.

Como justificativa ao PNLL, o Governo Federal menciona, entre outras informações, as taxas de analfabetismo (inclusive o funcional) e os dados do PISA (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes). Apesar dos últimos avanços em ambos os índices, o país se encontra ainda em posição desfavorável e carente de meios eficientes e satisfatórios que auxiliem na reversão deste quadro (BRASIL, 2010). A leitura, portanto, se faz pertinente como propulsora da mudança da situação que se observa atualmente. No documento consta que,

de acordo com os especialistas, uma das principais causas do elevado índice de alfabetismo funcional e das dificuldades generalizadas para a compreensão vertical da informação escrita se localiza na crônica falta de contato com a leitura, sobretudo entre as populações mais pobres. (BRASIL, 2010, p. 16).

Tal colocação confirma o que Silva (1981) traz sobre as condições de leitura no Brasil. O autor menciona que as dificuldades financeiras de boa parte da população inibem o acesso ao livro e aos conteúdos que poderiam elevá-la cultural e cognitivamente, de modo a perceber na leitura um ato emancipador e construtor de novas possibilidades de vida. Neste sentido, entende-se que

a leitura e a escrita constituem elementos fundamentais para a construção de sociedades democráticas, baseadas na diversidade, na pluralidade e no exercício da cidadania; são direitos de todos, constituindo condição necessária para que possam exercer seus direitos fundamentais, viver uma vida digna e contribuir na construção de uma sociedade mais justa. (BRASIL, 2010, p. 20).

Existe, portanto, consciência da relevância da leitura na construção de uma sociedade melhor para todos. No documento, existe também o comprometimento governamental em melhorar os índices em leitura que se apresentam por meio do acesso ao livro e também pela formação de mediadores de leitura.

### **Manual Básico da Biblioteca Escolar (MEC)**

O Manual Básico da Biblioteca Escolar é um documento nacional elaborado pelo Ministério da Educação com o intuito de aprimorar os espaços destinados à leitura em âmbito escolar, oferecendo direcionamentos a fim de que as práticas de leitura ocorram em um espaço adequado. Busca promover oportunidades para que alunos, professores e bibliotecários conheçam melhor o espaço e façam dele um ambiente transformador na escola. Sugere, inclusive, ideias de como se pode improvisar um lugar para os livros e demais materiais que compõem uma biblioteca, caso a escola não tenha suporte para tanto.

É uma proposta oriunda do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), ação do MEC que visa à implementação de soluções concretas para a crise de leitura e a carência de bibliotecas efetivas e atuantes nas redes escolares. No documento, consta que:

a biblioteca tem que ser um espaço gostoso e agradável. Não se deve esquecer que os livros são sempre um convite para se conhecer novos horizontes, lugares, pessoas, histórias, ideias e conhecimentos. Esta *viagem* através dos livros deve acontecer, portanto, em um lugar em que o leitor possa ficar com tranquilidade. O ideal, então, é que a biblioteca possua um ambiente só dela. (BRASIL, 1998a, p. 7; grifo do autor).

Por isso, quando o assunto é leitura e seu desenvolvimento, é importante tomar cuidados como os sugeridos pelo manual, pois a leitura é um processo de compreensão que precisa da concentração do indivíduo e, por isso, de silêncio. Um espaço adequado para que possa ocorrer essa interação leitor-livro é um ambiente calmo, longe de ruídos que possam comprometer a leitura e a pesquisa.

Nesse sentido, o Manual descreve mais alguns direcionamentos para o bom funcionamento de uma biblioteca escolar:

- 1) A sala que abriga os livros **não pode ser úmida**, pois a umidade danifica os livros. Procure instalar a biblioteca no local mais seco que houver na sua escola.
- 2) Na sala de leitura ou canto para leitura, a **iluminação deve ser farta**: paredes e tetos claros facilitam a difusão da luminosidade; iluminação direta é mais econômica, mas deve ser prevista também iluminação artificial para que a sala possa ser utilizada em qualquer período do dia ou da noite.
- 3) As salas de leitura e a que abriga os livros devem ser **bem ventiladas**, para criar um ambiente agradável aos usuários e favorecer a conservação dos livros.
- 4) É recomendável que a biblioteca tenha **cadeiras e mesas**, para que os alunos possam estudar e ler, sozinhos ou em grupo. (BRASIL, 1998a, p. 8; grifos do autor).

Nota-se que, entre esses apontamentos, há o propósito de salientar a parte estrutural da biblioteca (iluminação, cor das paredes, ventilação). Tão importante como a estrutura, é a função que ela exerce dentro de uma escola e, da mesma forma, a pessoa que administra o espaço. No que concerne às funções, Amato e Garcia (1989, p. 12-13) elencam algumas:

- ampliar conhecimentos, visto ser uma fonte cultural;
- colocar à disposição dos alunos um ambiente que favoreça a formação e desenvolvimento de hábitos de leitura e pesquisa;
- oferecer aos professores o material necessário à implementação de seus trabalhos e ao enriquecimento de seus currículos escolares;
- colaborar no processo educativo, oferecendo modalidades de recursos, quanto à complementação do ensino-aprendizado, dentro dos princípios exigidos pela moderna pedagogia;
- proporcionar aos professores e alunos condições de constante atualização de conhecimentos, em todas as áreas do saber;
- conscientizar os alunos de que a biblioteca é uma fonte segura e atualizada de informações;
- estimular nos alunos o hábito de frequência a outras bibliotecas em busca de informação e/ou lazer;
- integrar-se com outras bibliotecas, proporcionando: intercâmbios culturais, recreativos e de informações.

No que cabe ao bibliotecário, o documento menciona que ele “é o elemento-chave entre o leitor e o livro. Não é apenas aquele que entrega e recebe os livros; é aquele que indica, orienta, ensina, abre portas, apresenta novos títulos e as várias formas de aprender” (BRASIL, 1998a, p. 27). Neste sentido, concorda Macedo (2005, p. 332), quando menciona que o bibliotecário “deve ser bem treinado e motivado e também estar comprometido com a comunidade escolar como um todo, para interagir com o corpo de professores e acompanhar o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem”. Em suma, no documento se defende, com amparo de teóricos como Macedo (2005), que o bibliotecário não deve apenas visar ao caráter técnico da profissão, mas se envolver no pedagógico, incentivando os hábitos de leitura, promovendo a aprendizagem por meio dela e sendo ator, assim como o professor, na

construção de uma escola dinâmica para todos.

Finalmente, o documento traz que o melhor lugar para se guardar um livro é na mão de um aluno, e que a biblioteca é favorecedora dessa procura e aquisição de conhecimento (BRASIL, 1998a). Dessa forma, há um conjunto de fatores envolvidos para a efetivação da leitura por meio da biblioteca, que não foram abordados pelo documento, e exemplos desses fatores são a determinação e o trabalho em conjunto.

### **Proposta Curricular de Santa Catarina**

A Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina sugere aprofundamentos em se tratando das discussões de caráter educacional, com vistas a aprimorar as práticas pedagógicas e a relação estabelecida entre professor e aluno (SANTA CATARINA, 1998). Assim como os PCNs, a Proposta Curricular do Estado expressa o anseio por melhores resultados provenientes das atividades escolares e, por isso, traça caminhos pelos quais os professores podem seguir para construir as suas aulas. É preciso, segundo a PCSC (1998), compreender as teorias que embasam o documento, de modo que a aprendizagem do professor possa se refletir no aluno.

Assim como nos PCNs, a leitura é mais bem detalhada no que concerne às práticas de Língua Portuguesa. Nessa seção, a Proposta Curricular menciona que a leitura é resultante de uma atuação complexa de fatores (relação texto-intenção do autor, relação texto-outros textos, relação texto-mundo, relação texto-leitor), provocando o processo de compreensão do que se lê (SANTA CATARINA, 1998).

A proposta assume a pressuposição de que a leitura é um processo de interação com o autor (também conforme SOARES, 2004; GERALDI, 2006), diferentemente do posicionamento tomado nos PCNs e neste trabalho. Parte-se da concepção de que:

o texto aparece, então, como o centro do processo de interação locutor/interlocutor, autor/leitor. Podemos dizer que o sentido não está simplesmente no próprio texto, nem no locutor (autor) nem no interlocutor (leitor). Está no espaço criado entre esses três domínios. (SANTA CATARINA, 1998, p. 80).

Nesse sentido, na PCSC ainda consta que “a leitura não resulta apenas da aplicação de técnicas (decodificação), mas de um confronto interlocutivo, em que três elementos interagem: o texto, o locutor e o interlocutor” (SANTA CATARINA, 1998, p. 81). Acrescenta-se aqui, portanto, que nesse processo de interação com base cognitivista, a leitura não deixa de lado o seu propósito de fazer sentido ao aluno, de modo que, com auxílio do



professor, o educando consiga se apropriar de habilidades que o farão compreender o que o autor quis dizer por meio do código escrito.

O documento estadual cita Jean Foucambert para explicar a conceituação de leitura, utilizando-se da teoria de que esta vai além da decifração do código linguístico, bem como ajuda a compreender o que se passa na cabeça de outra pessoa. Dessa forma, enfatiza novamente a relação com o autor, mas também integra o papel do professor.

Segundo a PCSC, o professor é “responsável direto pela formação do aluno em matéria de leitura” (SANTA CATARINA, 1998, p. 84), e isso demonstra a responsabilidade depositada nesse profissional que, assim como mencionado nos PCNs, precisa de formação adequada para propor práticas de leitura adequadas à sala de aula.

Em se tratando da biblioteca escolar, a Proposta Curricular atém-se a poucas menções. Pode-se citar aqui, como exemplo, o uso da biblioteca escolar como uma prática linguística a ser desenvolvida nas aulas de Língua Portuguesa. Da mesma forma, em citações de Jean Foucambert, trata do leitor ativo, que busca o conhecimento na biblioteca; na esfera pedagógica, declara a procura de diferentes escritos na escola, mas não estabelece relação com um espaço físico com livros, mesas, pesquisa, ambiente preparado e projetos de leitura, conforme prevê este trabalho. Ou seja, além da restrição com relação às atribuições do espaço, pressupõe-se que, de acordo com a PCSC, a biblioteca fornece subsídios somente às aulas de LP, e não às demais disciplinas curriculares, como um todo (conforme COSTA, 2009), já que não há menções do termo *biblioteca* no texto que compõe o documento nas outras disciplinas. Existe aí, portanto, uma lacuna no que diz respeito às práticas pedagógicas relacionadas à biblioteca escolar, citadas anteriormente.

### **Considerações finais**

Esta pesquisa buscou compreender de que forma os temas *leitura* e *biblioteca escolar* são abordados em alguns dos documentos que regem a Educação, em dois diferentes níveis. Notou-se que, em âmbito nacional, há mais documentos disponíveis, uma maior organização em termos de elaboração desses documentos. Isso não acontece na proposta estadual, que, por sua vez, está desatualizada<sup>3</sup> em termos teóricos, uma vez que pouco ou nada informa sobre os temas em destaque.

Para que a Educação evolua em todos os sentidos, é necessário que se planeje, de maneira coletiva e consciente, com objetivos e embasamento, as ações necessárias, e que estes

---

<sup>3</sup>A Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina está em vias de atualização, mas sem data de publicação.

planejamentos não se percam com o tempo, mas que sejam frequentemente editados e repensados, de maneira que se imagine uma educação inacabada, ou seja, que pode sempre ser aprimorada. A leitura está aí imbricada, uma vez que é peça-chave para o conhecimento. Por isso a importância de ela constar em todos os documentos oficiais, sem exceção.

### Referências

AMATO, M.; GARCIA, N. A. R. A biblioteca na escola. In: GARCIA, Edson Gabriel (Org.). *Biblioteca escolar: estrutura e funcionamento*. São Paulo: Loyola, 1989. p. 9-23.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Manual Básico da Biblioteca da Escola*. São Paulo: Editora Parma, 1998a.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa*. Brasília: MEC/SEF, 1998b.

\_\_\_\_\_. Ministério da Cultura. *Plano Nacional do Livro e Leitura*. Disponível em: <<http://odai.org/wp-content/uploads/2013/06/enlace138.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2014.

CARNEIRO DA SILVA, W. *Miséria da biblioteca escolar*. São Paulo: Cortez, 1999.

CHARTIER, R. *A aventura do livro: do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrun*. Tradução de Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

COSTA, M. M. *Sempre viva, a leitura*. Curitiba: Aymar, 2009.

FERREIRA, E. A. G. R. A leitura dialógica como elemento de articulação no interior de uma biblioteca vivida. In: SOUZA, Renata Junqueira de (Org.). *Biblioteca escolar e práticas educativas: o mediador em formação*. Campinas: Mercado de Letras, 2012. p. 69-96.

FOUCAMBERT, J. *Modos de ser leitor*. Tradução de Lúcia P. Cherem e Suzete P. Bornatto. Curitiba: Editora UFPR, 2008.

GERALDI, J. W. A prática de leitura na escola. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *O texto em sala de aula*. São Paulo: Ática, 2006. p. 88-103.

MACEDO, N. D. (Org.). *Biblioteca escolar brasileira em debate: da memória profissional a um fórum virtual*. São Paulo: Editora Senac, 2005.

MAROTO, L. H. *Biblioteca escolar, eis a questão! Do espaço do castigo ao centro do fazer educativo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

MARTINS, M. H. *O que é leitura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. *Proposta Curricular de Santa Catarina: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio: Disciplinas curriculares*. Florianópolis: COGEN, 1998.

SILVA, E. T. *O ato de ler: fundamentos psicológicos para uma nova pedagogia da leitura*. São Paulo: Cortez, 1981.

\_\_\_\_\_. *Leitura na escola e na biblioteca*. Campinas: Papirus, 1986.

SOARES, M. B. As condições sociais da leitura: uma reflexão em contraponto. In: ZILBERMAN, Regina; SILVA, Ezequiel Theodoro da (Org.). *Leitura: perspectivas interdisciplinares*. São Paulo: Ática, 2004. p. 18-29.

VERSIANI, D. B.; YUNES, E.; CARVALHO, G. *Manual de reflexões sobre boas práticas de leitura*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.